

# AS VOZES PRESENTES NO TEXTO ACADÊMICO E A EXPLICAÇÃO DA AUTORIA

Sérgio de Freitas Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo:

Neste artigo, me proponho analisar a forma como o autor se manifesta nos textos acadêmicos e científicos. Para isso, serão observadas as vozes presentes em artigos científicos e em trabalhos de conclusão de curso de graduação. A análise terá como pano de fundo o referencial teórico que discute as práticas discursivas no texto científico. Serão analisadas construções que expressam o posicionamento do autor em seus textos, para comparar as implicações decorrentes do processo de pessoalização. Serão objeto de discussão as noções de objetividade, subjetividade, neutralidade, imparcialidade, explicação de autoria e propriedade. As construções analisadas foram retiradas de três artigos científicos de professores pós-graduados e de cinco trabalhos de conclusão de curso de graduandos em Pedagogia. Os resultados apontam uma transgressão ao que propõem os autores de manuais de metodologia científica, que, no entanto, agrega valor ao produto final.

**Palavras-chave:** Texto acadêmico. Prática discursiva. Pessoalização. Autoria.

## 1 INTRODUÇÃO

Se uma pesquisa é a busca de resposta para uma questão, um problema, um desafio - o que exigirá do pesquisador grande empenho e envolvimento - por que, na escrita de textos acadêmico-científicos, a recomendação do uso da terceira pessoa em detrimento da primeira, quando esta imprime a força da subjetividade do sujeito-pesquisador e indica sua contribuição pessoal?

---

<sup>1</sup> Bacharel Licenciado em Letras pela UFMG e Pedagogo pela PUC Minas. Especialização em Linguística, Revisão de Textos e Psicopedagogia. Professor Adjunto II na PUC Minas. sergiofoliveira@globo.com sergioli@pucminas.br

É nesse contexto que procuro analisar a questão da explicitação da autoria no texto acadêmico, identificando as vozes nele presentes, o seu significado e o seu nível de importância.

A impessoalidade recomendada pelos teóricos na abordagem do texto acadêmico torna-o frio e genérico, apagando o princípio da autoridade de quem propõe uma solução para o problema investigado. A autoria imprime força à solução, na medida em que expressa a responsabilidade e o comprometimento do pesquisador com os resultados alcançados.

O emprego da primeira pessoa não vivificaria o texto, tornando-o mais real, mais autêntico? O emprego da terceira pessoa não estaria anulando o pesquisador, colocando-o na sombra e, de certa forma, desresponsabilizando-o pelos resultados?

Para a pesquisa, analisei oito textos acadêmicos, sendo três artigos e cinco trabalhos de conclusão de curso de graduação, observando as implicações do emprego dos pronomes pessoais, confrontando a primeira e a terceira pessoas no intuito de determinar o valor de uma e de outra, bem como a marca da autoria.

Com o objetivo de fundamentar a pesquisa, fiz uma revisão na literatura com o propósito de compreender o posicionamento de autores sobre a questão das vozes no texto acadêmico.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Começamos nossa reflexão a partir das orientações constantes dos manuais de redação e apresentação de trabalhos científicos.

“Em termos técnicos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sugere, em suas recomendações, que se apresentem textos escritos em terceira pessoa do singular, parágrafos curtos, objetividade, clareza e concisão.” (BOTELHO, 2009, p. 7).

Segundo Müller e Cornelsen (2003),

[...] as qualidades exigidas da linguagem científica são: precisão, clareza, imparcialidade, coerência e **impessoalidade**. Assim, recomenda-se o uso de verbo na terceira pessoa, evitando-se pronomes da primeira pessoa tanto no

plural como no singular [...]. (MÜLLER; CORNELSEN, 2003, 92, destaque nosso)

Essa impersonalidade destacada na citação acima é fruto de convencionalização da construção impessoal. A impessoalização do discurso dá-se pelo predomínio de formas impessoais, com os pronomes e verbos empregados na terceira pessoa, excluindo-se as formas de primeira e segunda pessoas. Autores clássicos como Severino (2007) postulam o uso da terceira pessoa do singular, afirmando que se deve evitar o emprego de primeira e segunda pessoas, bem como a pessoalização das formas verbais. Pádua (1996, p. 82), ao se referir à importância da impessoalidade, prescreve que o trabalho deve ser redigido na terceira pessoa.

Rubem Alves, citado por Coracini (2007, p. 7), afirma que “O cientista não deve falar. É o objeto que deve falar por meio dele. Daí o estilo impessoal [...]”. A pesquisa deve dizer e convencer por si mesma, pois o que importa é o que se diz e não quem diz. A objetividade torna o trabalho científico impessoal a ponto de desaparecer a pessoa do pesquisador, pois só interessam o problema e a solução.

Mas de onde vem essa orientação, qual o seu fundamento? Em nome da objetividade, da neutralidade e da modéstia, instalou-se no meio acadêmico um preconceito e um tabu: ‘primeira pessoa, nem se cogita’.

Úrsula Reutner, em seu artigo “As marcas de pessoa em artigo científico”, afirma que

o princípio formulado por Francis Bacon<sup>2</sup> *‘De nobis ipsis silemus’* [Sobre nós mesmos guardamos silêncio] expressa a tradição de que, em nome da objetividade, da neutralidade e da modéstia, o autor não pode se colocar explicitamente em seu texto. Seria contrário ao espírito científico, que deve enfatizar os resultados da pesquisa, exigindo a impessoalidade como marca do discurso científico. (REUTNER, 2013).

Por essa razão, a tradição passou a ver com reserva, ou mesmo rejeitar, o emprego do pronome de primeira pessoa do singular. A ele se associou uma conotação negativa, pejorativa, capaz de desmerecer o valor de um trabalho, por

---

<sup>2</sup> Francis Bacon (1561-1626) foi um filósofo inglês dos séculos XVI e XVII que exerceu grande influência nos paradigmas científicos que marcaram a sociedade industrial. É considerado um dos fundadores da Ciência Moderna.

sugerir sentimentos de soberba, arrogância ou falta de modéstia. Nem mesmo a forma plural da primeira pessoa era recomendada ou aceita, embora, pelo seu caráter inclusivo, pudesse denotar modéstia.

No meio científico, segundo Coracini (2007, p. 19), apregoam-se “a isenção e o distanciamento do sujeito, revelado no texto pela não explicitação do agente-pesquisador e enunciador.” Mais adiante ela afirma que, “no discurso científico, a liberdade e a possibilidade de criatividade do enunciador se acham limitadas por certas regras.” (CORACINI, 2007, p. 32).

O que se busca numa publicação científica, então, é a expressão de uma verdade absoluta, objetiva, que fala por si, o que a torna irrefutável, ao menos aparentemente. O interlocutor deve se convencer pela própria evidência: os fatos, as provas, as demonstrações. Segundo a autora, a preocupação era o envolvimento do interlocutor, mostrando-lhe a validade da pesquisa por ela própria, deixando transparecer a objetividade científica e anulando a subjetividade que poderia desmerecê-la.

É graças à opacidade da linguagem, que permite a ilusão da aproximação efetiva do real, sem a interferência do sujeito e da ideologia, que esses discursos alcançam o objetivo que se propõem, qual seja: o de convencer o interlocutor da verdade (aparente) que enunciam. (CORACINI, 2007, p. 46).

Como se expressa, na construção do texto, esse distanciamento do sujeito? O autor recorre a expedientes como a colocação dos verbos na voz passiva, sintética ou analítica, sem agente da passiva expresso ou com o pronome apassivador “se”; indetermina o sujeito com a partícula “se”. São construções bem recorrentes: “Foi feita uma análise minuciosa...”, “Fez-se uma comparação entre...”, “Conclui-se que...”, “A conclusão a que se pode chegar é...”. Ou modaliza o enunciador empregando formas como “É preciso...”, “Não se deve esquecer...”, “É evidente que...”.

Por meio desses recursos, “O sujeito-enunciador assume a postura de um observador distante do objeto observado, como que provando, com sua ausência explícita, a ausência do sujeito-pesquisador na etapa da investigação científica.” (CORACINI, 2007, p. 104). Ele se apaga o mais possível, uma vez que a voz passiva

camufla o agente, pondo em evidência o objeto de estudo.

O resultado dessa estratégia é claro:

[...] percebe-se o desejo [...] de criar no enunciatário a ilusão da evidência empírica: a sequência linear dos eventos e **a tentativa de apagamento do enunciador que se distancia do enunciado** constituem, dentre outros, alguns dos fatores responsáveis pela ilusão de uma reprodução objetiva e imparcial do experimento. (CORACINI, 2007, p. 89, destaque nosso)

A construção impessoal é, pois, uma estratégia retórica de transferir, de um agente humano (o autor) para os dados factuais, a responsabilidade pelos resultados.

Para aprofundarmos nossa reflexão, vamos visitar um autor clássico, o linguista russo Roman Jakobson<sup>3</sup> que, em sua obra *Linguística e Comunicação*, caracteriza as funções da linguagem. À luz de sua teoria, podemos avaliar a questão do enunciador num texto científico.

Tomemos duas das funções descritas por ele: a referencial e a conativa.

A primeira, denotativa, tem o propósito de transmitir uma informação objetiva, de expor dados da realidade de modo objetivo. Não tece comentários nem faz avaliação. Por ser mera exposição, não tem intenção de convencimento. Por isso, a impessoalidade que a caracteriza, pois se privilegia a mensagem. Aqui, podemos perguntar: Encaixa-se nesse modelo o texto científico? Não tem o texto científico o propósito de convencer? Seria o texto científico apenas um relato de informações? Existe neutralidade do emissor, do enunciador?

A segunda, a conativa ou apelativa, tem o propósito claro de influenciar, de convencer o enunciatário de alguma coisa. A mensagem está centrada nele, de forma a influenciá-lo. É persuasiva, está atenta ao leitor. Existe neutralidade nessa argumentação?

Ora, não se escreve por escrever, não se pesquisa por pesquisar. Há, é claro, uma preocupação com o resultado. Mas há, principalmente, uma preocupação com o convencimento do outro a respeito desse resultado. O discurso científico é neutro, imparcial, sem sujeito?

---

<sup>3</sup> Roman Osipovich Jakobson (1896 [Moscou] - 1982 [Boston]) foi um pensador russo que se tornou um dos maiores linguistas do século XX e pioneiro da análise estrutural da linguagem, poesia e arte.

Na objetividade, o discurso acaba por se revelar subjetivo, pois o sujeito, o indivíduo, é o responsável direto pela comunicação e pela construção do significado. A subjetividade se apresenta na sua capacidade de observar, intuir, imaginar, relatar.

Num trabalho de pesquisa, o pesquisador assume a pesquisa, escolhe o método de análise, elabora dados, enfim, se engaja no discurso antes mesmo de sua expressão linguística. (CORACINI, 2007, p. 122).

Assim, por que o autor não se assume como sujeito? Afinal, “sob a perspectiva do discurso, os enunciadores devem assumir o seu dizer e o seu pensar, a partir de suas experiências pessoais, representações, ideologias, convenções de toda ordem.” (CORACINI, 2007, p. 175). Há uma intencionalidade subjacente, inevitável. O pesquisador é o responsável direto pela interpretação e pela conclusão.

Almeida e Miranda (2009) pesquisaram em *corpus* o uso de pronomes de primeira pessoa em artigos científicos publicados em duas revistas especializadas, com o objetivo de observar a influência da filiação às diferentes áreas da ciência nas estratégias de pessoalização. A pesquisa objetivava “comparar o que é prescrito nos manuais e o que de fato se observa nas revistas científicas.” (ALMEIDA; MIRANDA, 2009, p. 68).

As autoras concluem que o discurso científico materializado nos artigos analisados não apresenta uma homogeneidade em sua escrita, notadamente na estratégia de pessoalização.

“Houve poucas ocorrências de formas de primeira pessoa nos artigos como um todo, por influência do que é prescrito pelos manuais de orientação à redação de textos científicos, que pregam a necessidade de se assumir um tom impessoal na escrita”. (ALMEIDA; MIRANDA, 2009, p. 81).

Outra pesquisa importante nessa área foi desenvolvida por Antônia Dilamar Araújo (2006), em que ela analisa as práticas discursivas em conclusões de teses de doutorado: a estrutura retórica do capítulo e a forma como os escritores se projetam em seus textos.

No segundo aspecto, a autora investiga a marca de voz do autor no seu texto, o que ajuda a revelar para o leitor a atitude do pesquisador, seu compromisso com as informações apresentadas e o seu grau de envolvimento com o leitor. Para ela, esses

são elementos de influência e de persuasão.

Segundo Halliday e Hassan,

A dimensão interpessoal, no caso do discurso acadêmico escrito, pode ser expressa por diferentes formas linguísticas, tendo função essencialmente interacional, persuasiva e avaliativa, ao expressar a perspectiva pessoal do escritor no ato da comunicação. (HALLIDAY; HASSAN apud ARAÚJO, 2006, p. 457).

A pesquisadora, citando Bakhtin (1992) e Hyland (1999), afirma que muitos estudiosos reconhecem a natureza social e dialógica da linguagem, adotando posições interacionais e avaliativas, nas quais eles se representam e se projetam como também seus leitores. (ARAÚJO, 2006, p. 457).

Foram pesquisadas por ela teses produzidas em língua portuguesa e em língua inglesa, e os resultados demonstraram que há diferença na forma de o escritor se projetar.

Em Inglês, os autores preferem usar a primeira pessoa do singular como marca de subjetividade, enquanto, em português, o pesquisador se expressa na primeira pessoa do plural como forma polida de sinalizar a voz de autoridade no texto. Essa diferença de uso mostra que as práticas discursivas, além de serem produtos das regras estabelecidas por uma comunidade discursiva, revelam também que os escritores têm liberdade de fazer diferentes escolhas organizacionais que são adequadas na expressão do gênero em estudo. Além disso, a escolha dos pronomes como marca de subjetividade e da presença do escritor no texto desmistifica a crença de que o relato de pesquisa é monolítico e que deve expressar objetividade e neutralidade. (ARAÚJO, 2006, p. 460).

Corroborando essa conclusão a afirmação de Rodman (1994), citado por Almeida e Miranda (2009, p. 81): “o uso do pronome ‘nós’ funciona como instrumento para atribuir máxima visibilidade e autoridade ao autor do texto científico.”

Émile Benveniste (1995), na Teoria da Enunciação, fala da proximidade da relação com o leitor por meio do emprego do pronome de primeira pessoa, por consistir na explicitação do enunciador, como sujeito do discurso.

A revisão da literatura nos traz informações importantes. A lógica do convencimento, nos dias de hoje, é diversa da tradicional. Precisamos saber quem afirma e com base em quê para que possamos atribuir valor à afirmação.

A despersonalização do discurso provoca um distanciamento do autor e deixa na penumbra seu próprio compromisso com o resultado. O texto, hoje, prevê uma interlocução autor-leitor; o autor cobra um envolvimento direto do leitor com o seu pensamento, o seu raciocínio. O leitor é trazido para dentro do texto, é partícipe desse texto.

A presença declarada do autor no discurso destaca-lhe o direito autoral, o resultado de seu trabalho, pelo qual responde. Não existe neutralidade, por isso não se justifica o apagamento da autoridade.

Para Ivania e Simpson, “é preciso olhar mais de perto a interpretação da personalidade como um sinal de sinceridade”. (IVANIA; SIMPSON apud REUTNER, 2013, p. xx).

Segundo Reutner (2013), em sua pesquisa, “com a individualização da sociedade moderna, o autor pode sentir uma crescente necessidade de construir um eu claramente discernível em seu texto para sinalizar sua contribuição para o assunto e ampliar seu prestígio.”

### **3 ANÁLISE DO CORPUS**

Meu propósito neste trabalho foi verificar como os autores se colocam diante dos resultados e dos seus leitores, e evidenciar os ganhos do emprego da primeira sobre a terceira pessoa.

Para isso, analisei três artigos científicos e cinco trabalhos de conclusão de curso.

O primeiro texto (AC-1) que utilizo nesta análise é o artigo de Almeida e Miranda (2009). As autoras investigaram o uso de pronomes de primeira pessoa em artigos acadêmicos e discutiram as estratégias de pessoalização.

Em algumas passagens em que se colocam como enunciadoras, as autoras se expressam de forma impessoal. Vejamos alguns exemplos:

- a) “Este trabalho *objetiva* estudar a pessoalização [...]” (p. 68).
- b) “*Serão analisados* textos publicados [...]” (p. 69).

- c) “A seção seguinte é *dedicada* [...]” (p. 69).
- d) “*Adotou-se*, neste trabalho, a concepção [...]” (p. 69).
- e) “*Tomou-se* o cuidado de selecionar apenas [...]” (p. 72).
- f) “*Assume-se* que o número de textos a serem analisados [...]” (p. 72).
- g) “Após a captura, *procedeu-se* à limpeza manual dos textos.” (p. 73).
- h) “*Procedeu-se*, a seguir, à busca das ocorrências [...]” (p. 74).
- i) “*Optou-se*, então, por excluir a quantificação [...]” (p. 75).
- j) “*Hipotetizava-se* que o uso da primeira pessoa do singular [...]” (p. 77).
- k) “A partir da análise e [...], *conclui-se* que houve [...]” (p. 81).
- l) “Em análise preliminar procedida [...], *percebeu-se* uma [...]” (p. 82).

O segundo texto (AC-2) que trago para apreciação é o artigo de Antônia Dilamar Araújo (2006), que relata uma pesquisa feita sobre práticas discursivas em conclusões de teses de doutorado. Diferentemente do primeiro, a autora emprega ora a primeira pessoa - do singular ou do plural -, ora a terceira, impessoalizando o enunciador. Vejamos algumas passagens:

- a) “Dessa forma, *analiso* algumas das práticas discursivas [...], porém *concentro* a discussão na estrutura [...]” (p. 448).
- b) “[...] *vou relatar* o entendimento de alguns pesquisadores [...]” (p. 449).
- c) “Neste sentido, se *considerarmos* a pesquisa científica [...]” (p. 450).
- d) “[...] para os propósitos deste trabalho *examino* apenas [...]” (p. 450).
- e) “Da análise dos dados, *pretendeu-se* identificar [...]” (p. 451).
- f) “Antes de *analísarmos* a estrutura retórica dos capítulos [...]” (p. 451).
- g) “Analisando a primeira [...], *percebe-se* que os autores [...]” (p. 452).
- h) “Dessa forma, *percebe-se* nas teses [...]” (p. 458).
- i) “Neste artigo, *tentou-se* descrever e mostrar [...]” (p. 459).

O terceiro artigo objeto de análise (AC-3) foi escrito pelo Prof. José Leão Marinho Falcão Filho<sup>4</sup> em 2012. Ele apresenta constatações e reflexões a respeito da

---

<sup>4</sup> Professor da disciplina Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

diversidade e da flexibilidade na Educação de Jovens e Adultos. Para tratar do assunto, o autor se expressa utilizando a forma impessoal; para se situar, emprega a primeira pessoa do plural. Retiramos do texto alguns exemplos:

- a) “*Este texto não tem* a intenção de esgotar o assunto [...]” (p. 3).
- b) “Quanto à formação, *constatou-se* que a grande maioria [...]” (p. 4).
- c) “Em ambas as situações, *identificaram-se*, é justo que *se registre*, exceções: [...]” (p. 4).
- d) “Quanto ao apoio que professores e gestores recebem [...], *constatou-se* o seguinte: [...]” (p. 4).
- e) “*Agregue-se* a toda essa complexidade o fato de que *nós*, os profissionais da educação [...] *passamos* a maior parte [...]” (p. 6).
- f) “Os *nossos* alunos, nas apresentações da Prática Investigativa [...]” (p. 6).
- g) “Como já *salientamos* neste texto, os profissionais da educação [...]” (p. 7).
- h) “Diversidade é como se apresenta aos *nossos* olhos a pluralidade que caracteriza os seres humanos que estão na EJA, alunos, professores e gestores. Flexibilidade é a forma como o *nosso* cérebro [...]” (p. 7).

Para compor o *corpus*, escolhi cinco trabalhos de conclusão de curso de alunos do Curso de Pedagogia, do final do ano de 2012. Para preservar a identidade dos autores, seus nomes não serão revelados.

O primeiro trabalho (TCC-1) aborda os contos de fadas como aliados às práticas educativas no processo de alfabetização. Nele, encontramos várias passagens que ilustram a voz do autor:

- a) “*Percebe-se*, pelas palavras do autor, que a literatura [...]” (p. 14).
- b) “Por essa razão, cada vez que *contamos* um Conto [...]” (p. 15).
- c) “Não *podemos* esquecer e nem ignorar que [...]” (p. 16).
- d) “No segundo capítulo, *abordaremos* a caracterização [...] e *apresentaremos* análises [...]. Além disso, *discutiremos* as práticas educativas [...]” (p. 18).
- e) “Ao ler este clássico da literatura infantil, *temos* momentos [...]” (p. 21).

- f) “Sabe-se que hoje é de grande importância trabalhar [...]” (p. 26).
- g) “Ao *explorarmos* os Contos de Fadas, *estaremos* [...]” (p. 27).
- h) “*Observamos* que as coordenadoras entrevistadas [...]” (p. 32).
- i) “Diante das respostas obtidas [...], *verificamos* que [...]” (p. 46).

O segundo trabalho (TCC-2) tem como tema a pedagogia hospitalar, discutindo a resignificação do fazer pedagógico com alunos-pacientes. Para ilustrar a voz do autor, extraí as seguintes falas:

- a) “Na pesquisa, *foram abordadas* quais são as atividades [...]” (p. 7).
- b) “Quando *falamos* em fazer pedagógico, *nos referimos* a [...]” (p. 7).
- c) “[...] *abordaremos* a valorização da atuação do pedagogo [...]” (p. 8).
- d) “*Foram entrevistadas* pedagogas de diferentes hospitais [...]” (p. 8).
- e) “*Buscou-se* apresentar, nos três capítulos, a visão [...]” (p. 8).
- f) “[...] quando *voltamos* no tempo e *analisamos* como [...]” (p. 10).
- g) “O que *percebemos* é que o papel desafiador de educador [...]” (p. 10).
- h) “As escolas que *conhecemos* não correspondem [...]” (p. 11).
- i) “O que *se pode notar* é que, para minimizar [...]” (p. 17).
- j) “Registros *nos* apontam que, até meados [...]” (p. 17).
- k) “Dentre as atribuições do pedagogo, *podemos* citar [...]” (p. 22).
- l) “No decurso deste trabalho, [...] *verifica-se* a existência [...]” (p. 30).
- m) “[...] o resultado da *nossa* pesquisa mostra que [...]” (p. 34).
- n) “[...] uma vez que *encontramos* diversas crianças em [...]” (p. 41).
- o) “Diante do exposto, *ênfatiza-se* que o desenvolvimento [...]” (p. 46).
- p) “*Constata-se*, ainda, a existência de competências [...]” (p. 51).
- q) “*Verificamos* a trajetória educacional de cada criança, [...]” (p. 54).
- r) “Nas primeiras visitas, *foram realizadas* conversas com [...]” (p. 54).
- s) “*Destacou-se*, nessa intervenção, a possibilidade de [...]” (p. 56).
- t) “Ao que *foi exposto*, *acrescentamos* ainda que a efetivação [...]” (p. 56).
- u) “O Projeto de Extensão permitiu *verificarmos*, na prática, [...]” (p. 57).
- v) “*Entende-se* que medidas inovadoras no sistema [...]” (p. 59).

w) “Nesse momento *comprova-se* a importância do [...]” (p. 60).

x) “A experiência [...] ampliou *nossa* visão sobre [...]” (p. 60).

O terceiro trabalho analisado (TCC-3) investiga as brincadeiras cantadas e a importância da afetividade na Educação Infantil. Dele, retirei as seguintes passagens:

a) “Diante do exposto, *nota-se* que o estudo acerca [...]” (p. 9).

b) “No terceiro capítulo, *são apresentados* os resultados [...]” (p. 10).

c) “*Entende-se*, neste contexto, que os jogos, as músicas e [...]” (p. 11).

d) “Então, *pode-se constatar* que a criança, ainda desde [...]” (p. 19).

e) “Nesse contexto, *pode-se afirmar* que as brincadeiras [...]” (p. 35).

f) “*Buscamos* a participação de alunos, professores e [...]” (p. 38).

g) “[...] analisados os dados, as respostas *foram compiladas* e [...]” (p. 39).

h) “Analisando as respostas, *nota-se* que, em ambas as [...]” (p. 41).

i) “*Foi observado* que os professores [...]” (p. 47).

j) “Assim sendo, *procurou-se* [...]” (p. 47).

k) “Por meio deste estudo, *foi possível* evidenciar que [...]” (p. 52).

A quarta amostra foi um trabalho que tratou da primeira infância vivida em penitenciárias (TCC-4). Para o nosso *corpus*, recolhi os seguintes excertos:

a) “*Nossa* primeira indagação foi com relação [...]” (p. 7).

b) “Posteriormente, *ficamos* preocupados com o tempo [...]” (p. 7).

c) “Em *nossas* buscas de informações, *descobrimos* [...]” (p. 7).

d) “Para a realização de *nossa* pesquisa, *definimos* [...]” (p. 11).

e) “Durante *nossos* levantamentos, *encontramos* [...]” (p. 12).

f) “Desse modo, o que *observamos* é o descaso que, [...]” (p. 21).

g) “Essa constatação *nos* permite ressaltar todas as [...]” (p. 33).

h) “Outro fator que *nos* causa estranhamento é [...]” (p. 35).

i) “E também *acreditamos* que, para uma acolhida eficaz, [...]” (p. 37).

j) “Quando *pensamos* nessa inevitável separação da mãe e do filho, outra questão

que *nos* preocupa é [...]” (p. 39).

- k) “Cabe-*nos* também aqui dizer que a adaptação [...]” (p. 47).
- l) “Essas premissas *nos* fazem refletir [...]” (p. 55).
- m) “*Acreditamos* que diversas medidas devem ser tomadas [...]” (p. 61).

A quinta e última amostra é um trabalho desenvolvido pelos alunos sobre o uso das tecnologias digitais na dinâmica escolar (TCC-5), do qual extraí as seguintes passagens:

- a) “*Vivemos* hoje em um mundo em que o uso das tecnologias [...]” (p. 8).
- b) “*Questionamos* de que maneira a influência tecnológica vem [...]” (p. 8).
- c) “A informática não *deve ser entendida* como uma ferramenta neutra que *usamos* [...]” (p. 22).
- d) “Como instrumento de investigação, *utilizamos* um [...]” (p. 33).
- e) “*Percebe-se* pelos gráficos que a formação [...]” (p. 36).
- f) “*Observa-se* que tanto a escola A quanto a escola B [...]” (p. 39).
- g) “Como lócus da pesquisa, *escolhemos* uma escola [...]” (p. 44).
- h) “*Observou-se* na escola C [...]” (p. 57).
- i) “*Percebemos* que as aulas poderiam ser mais dinâmicas [...]” (p. 58).
- j) “Pelos questionários, *vimos* que não existe [...]” (p. 58).
- k) “*Pretendemos* abrir caminhos para novos estudos [...]” (p. 61).

A observação dos dados coletados nos permite algumas considerações. O primeiro artigo (AC-1) é extremamente rigoroso no cumprimento das determinações dos manuais de produção de textos científicos. Percebemos, nitidamente, a impessoalidade denotando distanciamento do observador e objetividade nas marcas do discurso.

AC-2 é o único dos artigos em que o enunciador se faz presente na primeira pessoa do singular, empregando também a primeira pessoa do plural e formas impessoais. O emprego da primeira pessoa do singular indica a individualidade, a subjetividade extrema da autora na afirmação. A primeira pessoa do plural aparece

quando ela abre a percepção para um grupo maior de pessoas, no qual ela se inclui. Em alguns momentos, a autora emprega a terceira pessoa ou uma forma passiva, imprimindo um tom mais genérico à expressão.

Em AC-3, a forma de expressão é impessoal, exceto quando o autor faz referência ao grupo de profissionais ao qual se vincula. Nesse momento, utiliza a primeira pessoa do plural, incluindo-se.

Os três artigos se apresentam mais uniformes na forma como o pesquisador marca sua voz no texto. Atribuo isso à maior experiência dos autores na produção de textos científicos. Há uma intencionalidade clara na expressão das vozes. As mudanças na forma de expressão se fazem com propriedade, imprimindo sentido e contribuindo para o significado global do texto. O emprego da primeira pessoa do singular em AC-2 é marca forte de convicção da autora, que explicita seu lugar na pesquisa.

Quando analisamos os textos produzidos pelos alunos nos trabalhos de conclusão de curso, podemos perceber a falta de uniformidade, de regularidade e de simetria. As marcas se alternam: encontramos passiva sintética e passiva analítica sem o agente da passiva; a pronominalização e as marcas de pessoa nas formas verbais para indicar o enunciador são exclusivamente de primeira pessoa do plural. Em nenhum momento, foi registrado o uso da primeira pessoa do singular. Uma explicação para isso poderia ser o fato de os trabalhos terem sido feitos em grupo. Quanto à falta de regularidade e de simetria nas marcas do discurso, é possível atribuí-la à pouca experiência dos alunos com a produção de textos acadêmicos mais formais. O emprego da primeira pessoa do plural nesses textos denota certo grau de informalidade presente na linguagem atual, mesmo na escrita, principalmente porque a alternância com as formas impessoais evidencia mais naturalidade do que convicção. No entanto, é a marca da subjetividade que se evidencia, de forma explícita, nas interlocuções.

O emprego da primeira pessoa do plural pode ser interpretado no sentido de inclusão, indicando a interação autor-leitor. É uma forma de aproximação, de estabelecer um diálogo com o leitor. Pode, no entanto, ter valor exclusivo, expressando a voz da autoridade no texto de forma mais suave, mais polida. Seria o

que se entende por plural de modéstia.

No que tange às formas em que o sujeito se indetermina, nas suas diferentes construções, o que fica garantido é o que postulam os manuais de produção de textos científicos: o distanciamento do autor que dirige o foco de sua atenção para o objeto analisado e para as conclusões que dele emergem. Ele está presente por meio de seu olhar, seria aquele que segura do holofote e direciona o seu foco de luz para o objeto que se quer mostrar. Seria uma subjetividade implícita, pois a intenção e o propósito são do autor pesquisador.

#### **4 CONCLUSÃO**

Como pudemos ver ao longo do texto, segundo Araújo (2006),

Há várias formas de o escritor estabelecer interação no texto. Uma delas é por meio do uso das formas pronominais – os marcadores de referência pessoal – que explicitamente marcam a presença do autor no texto. São marcas de subjetividade no discurso científico, no dizer de Tang e John (1999) em oposição às vozes do discurso dominante que se caracterizam como objetivas, distantes, impessoais. Na busca da objetividade da ciência, o discurso se revela subjetivo e o pesquisador se evidencia na sua capacidade de observar, de fazer inferências, imaginar, sugerir, discutir, avaliar e justificar sua pesquisa. (ARAÚJO, 2006, p. 457).

O emprego da primeira pessoa, tanto do singular quanto do plural, pretende demarcar o princípio da autoridade, pois o autor pesquisador se coloca diante do seu leitor com o propósito de levá-lo a aceitar suas observações, suas suposições, suas impressões, suas hipóteses e suas conclusões. Demarca, também, a posição dos demais pesquisadores, entre os quais ele se inclui. A presença das formas de primeira pessoa, além de pretender uma interação autor-leitor, é fator marcante no processo de persuasão e convencimento.

Sair da posição distante, de pesquisador que se coloca como observador que apenas relata a pesquisa e os seus resultados, para a posição de agente, participe direto do processo, imprime ao relato um tom de sinceridade, de fidelidade, de testemunho vivo, que resulta em força de convencimento no processo argumentativo.

Como mencionei ao me referir às funções da linguagem, o texto científico não

prima pela função referencial. O pesquisador, ao apresentar os resultados da pesquisa, quer convencer o leitor, quer levá-lo a aceitar e concordar com ele, quer influenciar seu modo de pensar sobre o assunto. E uma posição de neutralidade enfraquece o poder de convencimento, pois o autor apresenta sozinho, deixando o leitor na posição de paciente, expectador. Envolver o leitor é torná-lo cúmplice, parceiro que se envolve com a linha de raciocínio e com a busca de resultado para o problema investigado.

Além disso, sem perder em qualidade, o texto fica, estilisticamente, mais leve e de leitura mais agradável e mais acessível.

Imagine este artigo escrito sem uso da primeira pessoa! O texto ficaria mais frio, mais distante, e perderia muito em expressividade. Acredito que as explicações e os exemplos usados no desenvolvimento deste texto devem ter levado o leitor a pensar sobre a questão e a reconhecer o valor agregado em decorrência do emprego da primeira pessoa.

Creio que é possível perceber que o postulado clássico de objetividade e neutralidade se constitui um tabu na prática discursiva. O texto ora apresentado não expressa soberba, prepotência, arrogância, falta de modéstia. Apenas expressa a visão de um autor que se identifica na primeira pessoa, como o enunciador responsável direto pela enunciação, que respeita e dialoga com o enunciatário.

Neste artigo, optei pelo emprego da primeira pessoa do singular. Qual o propósito? Ao longo do texto, procurei estabelecer um clima dialogal com o leitor, procurando envolvê-lo na linha de raciocínio, de forma a levá-lo a perceber o valor do emprego da primeira pessoa do singular e a dele se convencer, imprimindo um grau de proximidade e de intimidade do leitor com o autor e o texto.

Retomemos a trajetória do texto:

- a) Na introdução, utilizei a primeira pessoa do singular, me posicionando como aquele que vai empreender a pesquisa: “É nesse contexto que *procuro* analisar a questão.”; “[...] *analisei* textos acadêmicos [...]”; “[...] *fiz* uma revisão na literatura [...]”.
- b) Na fundamentação teórica, alterno a primeira pessoa do plural com a terceira

pessoa.

- A primeira pessoa do plural é para convidar o leitor a participar do processo de análise, para caminhar com o autor: “Para *aprofundarmos* nossa reflexão, *vamos* visitar [...]”; “*Tomemos* duas as funções [...]”; “A revisão da literatura *nos* traz [...]”.
  - A terceira pessoa é empregada para fazer referência ao que está posto, ao que seria a voz da comunidade acadêmica que compartilha do ponto de vista explicitado: “No meio científico *apregoam-se* [...]”; “O que *se busca* numa publicação [...]”.
- c) Na análise do *corpus*, emprego a primeira pessoa, ora do singular ora do plural. Para fazer referência a uma ação exclusiva do autor, usei a forma singular; para retomar a participação do leitor, a forma plural.
- “*Meu* propósito neste trabalho [...]”; “O primeiro texto que *utilizo* [...]”; “O segundo texto que *trago* para apreciação [...]”; “[...] *extraí* as seguintes frases [...]”; “*Atribuo* isso à maior [...]”.
  - “Nele *encontramos* várias passagens [...]”; “*Percebemos* nitidamente a impessoalidade [...]”.
- d) Na conclusão, emprego a primeira pessoa do plural. Por quê? Ora, se o leitor participou da análise, a conclusão não é minha, mas nossa. Esse diálogo é mantido até o final da conclusão. Justifico minhas ações na primeira pessoa do singular e, usando o imperativo na segunda pessoa, numa frase exclamativa, “*Imagine* [...]”, cobro uma resposta pessoal do leitor, para levá-lo à conclusão final e ao seu convencimento do que foi proposto.

Espero que possamos adotar, cada vez mais e sem constrangimento, uma prática discursiva mais sincera e menos carregada de preconceitos, mais adequada ao estilo contemporâneo, que se apresenta mais direto, objetivo e despojado, com o enunciador se introduzindo na enunciação e múltiplas vozes se fazendo presentes.

É necessário que o acadêmico se prepare para a produção do texto científico, marcado pelo rigor e pela seriedade, critérios que precisam ser observados no processo de pesquisa, cuja finalidade é buscar resultados em suas análises. A

linguagem com que se expressa esse trabalho, no entanto, pode apresentar rigor e seriedade sem exageros normativos e inflexibilidades. As informações e os relatos devem ser exatos e inequívocos do ponto de vista linguístico, pressupõem um dizer único, sem duplo sentido, sem ambiguidade e implícitos, o que favorece a univocidade da comunicação. Segundo Ortiz,

a associação entre o significante e o significado deve ser interpretada como uma relação em que um significante não pode corresponder a mais de um significado e vice-versa; e as unidades do léxico técnico-científico não têm valor linguístico, seu valor é extralinguístico, o domínio nocional de uma ciência está construído e conformado como tal, independentemente da atuação linguística. (ORTIZ apud BOTELHO, 2009, p. 6).

A linguagem não é neutra. Um modelo linguístico homogeneizante cria uma espécie de blindagem que impede a proximidade autor-leitor. Como lemos em Borges (2011, p. 1), “A linguagem não é apenas uma ferramenta usada na comunicação entre sujeitos, ela é também uma forma da ação social pela qual o sujeito pode manifestar suas intenções procurando alcançar seus objetivos.”

Essa relação autor pesquisador-leitor se apresenta, nos textos atuais, muito mais interativa. A postura, hoje, é muito mais de compartilhar saberes do que de prescrever normas e determinar procedimentos.

Dessa feita, o revisor de textos precisa ter, também, um novo desenho, deve apresentar um novo perfil. Assim como o autor sente necessidade de se aproximar e dialogar com o seu leitor, o profissional revisor de textos, igualmente, precisa interagir com o autor, para mediar a sua relação com o leitor. O processo de revisão de textos deve ultrapassar a mera correção gramatical e ortográfica. Para isso, é preciso que seja menos dogmático e mais flexível, garantindo a boa qualidade do texto e da comunicação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaína Rabelo Cunha; MIRANDA, Maíra Avelar Miranda. Uso de pronomes de primeira pessoa em artigos acadêmicos: uma abordagem baseada em corpus. **Revista veredas on-line – linguística de corpus e computacional** - 2 2009,

p. 68-83 – PPG Linguística/UFJF – Juiz de Fora (MG). Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/11/ARTIGO-Maira-Avelar-e-Janaina-Rabelo.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ARAÚJO, Antônia Dilamar. Práticas discursivas em conclusões de teses de doutorado. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 447-462, set./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/345](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/345)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. 5. ed. Campinas (SP): Pontes, 1995.

BORGES, Cristiane Nunes. **Escrita acadêmica**: um fazer nas práticas linguísticas universitárias. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/816.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BOTELHO, Flávia Girardo. Habilidades textuais por alunos do CEFET-MT. 2009. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt16/ComunicacaoOral/FLAVIA%20GIRARDO%20BOTELHO.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CORACINI, Maria José R. Faria. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 5. ed. Londrina (PR): Eduel, 2003.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas (SP): Papyrus, 1996.

REUTNER, Úrsula. **De nobis ipsis silemus?** as marcas de pessoa em artigo científico. Tradução de Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues. Belo Horizonte, 2013. No prelo.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.